

COMUNIDADE NEGRA DE PARATIBE, QUILOMBO URBANO, ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E DE RESSIGNIFICAÇÕES, JOÃO PESSOA – PB, BRASIL

Maria de Fátima Ferreira Rodrigues¹

RESUMO

A temática abordada remete à escravidão no Brasil, trazendo a essa pauta alguns dilemas da comunidade quilombola de Paratibe, localizada no município de João Pessoa, composta por aproximadamente 130 famílias registradas pela associação comunitária, conforme (Gonçalves, 2010). Esta comunidade vem passando por um processo de perdas territoriais e comprometimento da sua identidade em decorrência das pressões advindas de especuladores imobiliários e investidores, entre outros, apesar de terem a certificação de sua identidade quilombola emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), datada de 11 de Julho de 2006, sendo portanto a décima nona comunidade quilombola da Paraíba a obter a certificação pela FCP. Ainda assim permanecem sem obter a demarcação de suas terras e vêm-se a cada dia pressionados pelo mercado imobiliário, fato que se acentuou com a construção de conjuntos habitacionais nas suas imediações, mas também a partir da construção da rodovia estadual Ministro Abelardo Jurema, a PB-008, que tem início nos bairros Cabo Branco e Penha e finda no Conde. O trabalho concretiza-se tendo como ancoradouro um conjunto de informações originadas de resultados de pesquisas realizadas no âmbito do Gestar: território, trabalho e cidadania, grupo de pesquisa credenciado ao CNPq em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Geografia e o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. O ponto inicial do nosso contato com a comunidade deu-se através do Projeto de pesquisa “Trajetórias de Exclusão, Territorialidade em Construção: verso e reverso do campesinato no Estado da Paraíba – Brasil” executado de Agosto/2010 a Julho/2011, que teve Silvestre (2011) como bolsista de Iniciação Científica, e contou com o apoio do PIBIC/CNPq/UFPB, mas também ancora-se em resultados obtidos no exercício de orientação de um Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Macenas (2010) e duas dissertações de mestrado que tiveram como autores Cavalcante (2013) e Costa (2016). Em busca de ampliar nossas fontes bibliográficas dialogamos com Peralta (2012), Nascimento (2014), e utilizamos depoimentos de blogs e matérias jornalísticas. Das fontes utilizadas destacamos também as considerações de Gonçalves (2010), autora do Relatório Técnico de Identificação (RTID) da comunidade de Paratibe, por considerarmos o RTID uma fonte bibliográfica qualificada e balizada pela presença mais demorada da pesquisadora no campo.

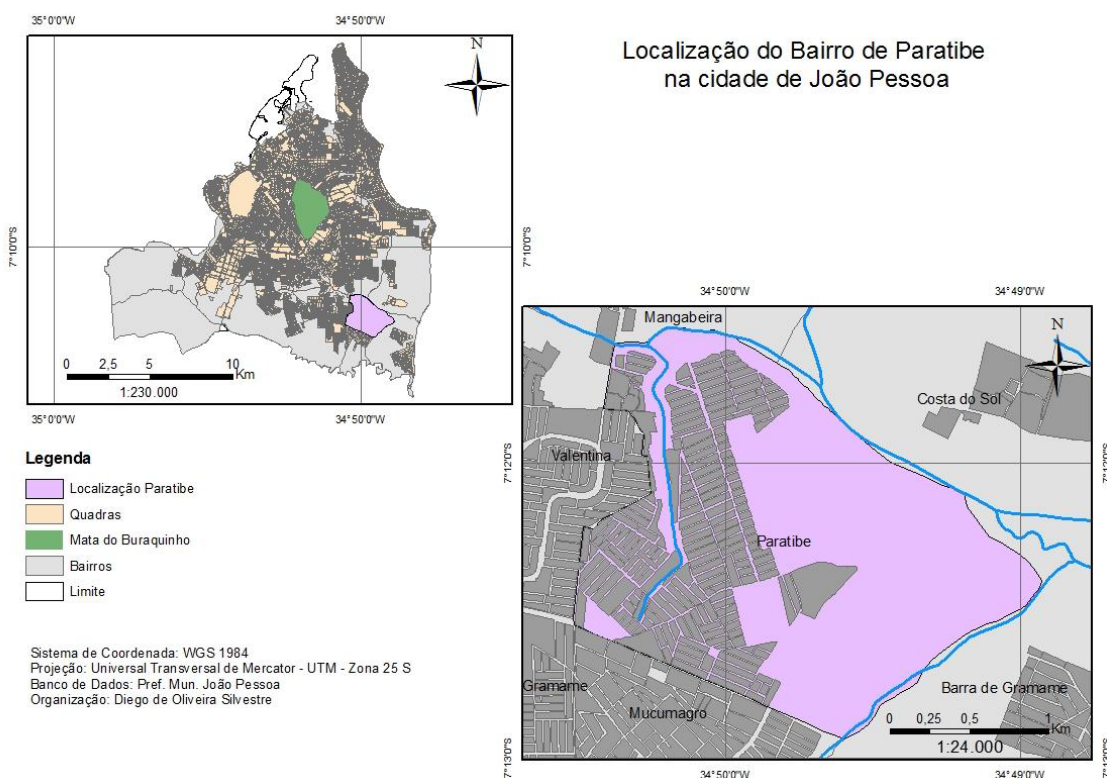
Palavras-chave: Paratibe, território étnico, cultura afro-brasileira.

¹ Profa do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) e-mail: fatimarodrigues.ufpb@gmail.com

Introdução

Trazemos neste artigo a voz de moradores de Paratibe (Figura 01) sobre as lutas incessantes em busca da demarcação de suas terras ancestrais, mas também ouvimos as antropólogas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e acessamos documentos originários de ações do MPF/PB, sobre este processo em curso. Trazemos, também, resultados do campo realizado em 2011 e 2013, assim como registros de nossa participação em reuniões realizadas no Incra e no MPF/PB em 2015, 2016 e da Audiência Pública ocorrida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro da Silva Machado 11 de março de 2011:

I



Objetivando valorizar os achados do campo e a discussão teórica fizemos uma trajetória de leituras que expressa a nossa busca em revigorar conceitos como território, territorialidade e quilombo na Geografia, por considerarmos necessário a existência de um entrelaçamento teórico-conceitual entre esses conceitos.

Debater território na Geografia Agrária remete a buscar entender a terra como suporte material e imaterial, gerador de identidades e indispensável à reprodução social dos povos do campo, camponeses e populações tradicionais. Terra e território colocam-se nesta perspectiva

como demandas no campo dos Direitos Humanos, reconhecidos do ponto de vista internacional pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas também legitimado pela Constituição Federativa do Brasil de 1988 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e, reafirmada através das legislações complementares. Esse direito positivado evidenciou a necessidade da institucionalização de mecanismos de reparação e a inclusão da etnia negra quilombola na ordem econômica social e cultural. Entretanto, a sua garantia demanda o cumprimento de ritos burocráticos difíceis de serem concretizados, e quando se trata de comunidades quilombolas urbanas as dificuldades se avolumam em decorrência da especulação imobiliária que comumente avança sobre seus territórios, comprimindo-as e descaracterizando-as em seus modos de vida. Este é o caso de Paratibe que no conjunto dos quilombos da Paraíba destaca-se por sua localização singular, situada no município de João Pessoa, PB, capital do estado. A luta pelo reconhecimento do seu território teve início em 2005 e até hoje a comunidade mantém-se lutando pela demarcação de sua área de posse tradicional.

Apontamentos sobre o tema a partir de fontes orais e documentais

O tema é aqui abordado numa perspectiva interdisciplinar, tendo como referência autores como Souza (2003) Haesbaert (2004), Raffestin (1993), Arruti (1995) Munanga (1997), Almeida (2009) dentre outras, para tratar conceitos como território, territorialidade e quilombo.

Há registros a partir da memória coletiva de que a comunidade de Paratibe teve como núcleo familiar original os Miguel, os Máximo, os Pedro da Silva, os Ramos dos Santos, os Albinos, conforme depoimentos registrado por Costa, 2016, p.).

Aqui todo mundo é parente, existe cinco grupos que deram origem aqui na comunidade, são os Miguel, os Máximo, os Pedro da Silva, os Ramos dos Santos, os Albinos, todo mundo aqui é parente, primo próximo, tio, nós todos somos família, me lembro que desde de pequena escuto dizerem que aqui a terra sempre foi nossa, os mais velhos foram chegando, casando, ocupando, foi passado, de geração em geração e nós damos continuidade (A.P., 2015, JOÃO PESSOA – PB), p. 124)

Na mesma perspectiva de trazer à memória social fatos sobre esse domínio territorial Tavares (1909, p.695) registra que

Aos 2 de Setembro do anno de 1885, foi-me apresentada a declaração seguinte; - Nós abaixo assignadodeclaramos que possuímos a maior parte das terras das propriedades, Paratybe, cujas terras somos cosenhores, digo das propriedades – Paratibe e Gruta – sitas nesta Freguzia da cidade da Parahyba de cujas terras somos cosenhores com outros proprietários; estas terras limitão pela parte leste com a propriedade Salgado; e pelo oeste coma propriedade Cuiá – pelo norte com o rio Paratibe e pelo sul com a propriedade Mussumagro e terras da barra de Gramame, e nesta propriedade Barra também somos cosenhores em commum, limitando esta propriedade pela parte leste com o mar, pelo oeste com o Mussumagro, pelo sul como o rio Gramame, pelo norte com as terras do Camorupim e Paratibe. – Declaramos mais que possuímos mais nesta Cidade um terreno para cazas, na rua de S. Francisco com terras, digo com trinta e cinco palmos de frente e 150 de fundo confinando pela parte do este como o terreno de Antonio Marques de Almeida, pelo sul com a dita rua, pelo norte com o muro do Convento de S. Francisco. – Cidade da Parahyba 1º de Setembro de 1855. – João José de Carvalho e Maria Roza da Conceição Carvalho. – Nada mais se continha em dita declaração que fielmente copiei do original. – O vigário Joaquim Antonio Marques.

Ao registro de Tavares (1909) soma-se a pesquisa de Nascimento (2006, p.91) que ratifica a tese da existência desse quilombo e o uso coletivo dessas terras por posseiros, negros e analfabetos. Sobre o tema afirma o pesquisador

Se ao norte da Cidade da Paraíba e Freguesia do Livramento a população era bem numerosa devido à presença do estuário do Paraíba e mais a oeste devido à presença dos primeiros engenhos, ao sul da Cidade a população era mais escassa. Nos mal traçados limites que separavam o termo da referida Cidade, da Vila do Conde, nas imediações do rio Gramame, havia o engenho de mesmo nome, o engenho Velho e a propriedade Mumbaba. Estas terras no extremo sul da capital passaram a ser igualmente atrativas para a população pobre da cidade, não apenas devido às condições ecológicas, mangues e estuários, mas também pela presença do Quilombo de Paratybe, ainda ativo por ocasião dos distúrbios da Independência.

Habitando ao sul do estado registramos também os negros do Gurugy, Ipiranga Mituaçu e, os Tabajara que tiveram suas terras usurpadas conforme revela tese de doutorado realizada por Marques (2016)

Pesquisas realizadas por Rodrigues e Silvestre (2013) no quilombo de Paratibe indicam que ao longo da história da comunidade, a propriedade da terra foi mantida através de herança, sendo repassada de pai para filho que ao casarem-se construam suas moradias ao lado da casa dos pais, revigorando as relações de parentesco. Além disso, o casamento entre as famílias quilombolas contribuiu para manter a propriedade da terra entre os antigos moradores e parentes, processo que perdurou até a década de 1960.

Inicia-se, então, em 1960 na Paraíba um processo de construção de grandes conjuntos habitacionais, financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) via Banco Nacional de Habitação (BNH), seguindo a política de habitação em nível nacional e visando reduzir o déficit nacional que recrudesceu com as migrações campo-cidade.

Sobre a questão da propriedade da terra em Paratibe a antropóloga Fernanda Lucchesi do INCRA em Audiência Pública em 12/02/2011 afirma o seguinte:

[...] na década de 60 mais ou menos foi também o momento que essas terras foram partilhadas, partilhada e e vendidas, nesse momento de algumas forma nem todos os herdeiros foram respeitados seus direitos, um irmão vendeu e o outro ficou desprotegido essa ação só vai ter um impacto real na década, mais próxima da gente, entre 70 e 80, quando é asfaltada essa rua próxima e quando os bairros começam a crescer vindo para cima de Paratibe, ou seja, começa a especulação imobiliária quando essas terras começam a valer

Nas décadas posteriores o crescimento da cidade na direção sul persiste. Em 1970, vários conjuntos habitacionais foram criados ou ampliados em João Pessoa, como o Castelo Branco que teve uma ampliação com mais 187 casas, o Ernani Sátyro, o José Américo e o Altiplano Cabo Branco que foram criados nessa década. Porém é na década de 1980 que João Pessoa passou pelo 'boom' da expansão urbana com a construção dos grandes conjuntos habitacionais Bancários (1.500 unidades), Mangabeira I e II (9.585) e o conjunto Valentina de Figueiredo (4.406), sendo esse próximo à comunidade de Paratibe. Este crescimento a partir de conjuntos habitacionais e a construção da PB 008 alterou as dinâmicas sócio espaciais da zona rural pessoense.

Sobre a mudança na paisagem com a invasão dos conjuntos e loteamentos na comunidade e surgimento dos atuais núcleos da comunidade a Senhora Mônica Silva, moradora e secretária da associação comunitária afirma:

[...]antigamente era uma casa aqui outra ali, outra mais longe outra no meio do mato, era tudo mato isso aqui, as casas eram tudo perdida, quando era para se encontrar as famílias os amigos agente se reunia num lugar, porque não tinha nem como agente se ver. Ai foi crescendo foram construindo ai foram construindo mais juntinho, foram derrubando as matas e ai hoje ficou os núcleos.

Devido a essa expansão da cidade em direção ao Quilombo de Paratibe o Ministério Público Federal da Paraíba (MPF/PB) recomendou, em novembro de 2009, à Prefeitura de João Pessoa que desautorizasse a implantação de qualquer loteamento, ou construção dentro da área onde se localiza essa comunidade, sem a sua aprovação e de seus legítimos representantes. Na recomendação expedida, em novembro de 2009, pelo procurador Duciran Van Marsen Farena, a Prefeitura Municipal teria o prazo de 20 dias para que demarcasse a área da comunidade quilombola de Paratibe através de georreferenciamento, bem como averiguasse a denúncia de

que um dos granjeiros da região havia colocado uma porteira na estrada que dá acesso ao mangue, impedindo-lhes o acesso ao rio.

Prontamente a Prefeitura acatou a ação pedida pelo procurador e realizou o georreferenciamento da área da comunidade, todavia o processo de ocupação das terras do quilombo continuou de forma intensa, sem que nenhuma providência fosse tomada por parte das autoridades, nem quanto às ocupações indevidas, nem mesmo em relação à porteira colocada na estrada de acesso ao mangue, dentre outras questões que afetam a vida da comunidade.



Figura 2 – Portão que impede o acesso dos moradores da comunidade ao mangue e ao rio. Autor: Diego Silvestre Data: 25.07.2011

A alegação dada pela prefeitura em autorizar a construção dos loteamentos, ancora-se nos argumentos de que não existe uma documentação oficial deliberando que a área é pertencente à comunidade de Paratibe, o que existe é apenas a definição do perímetro do território pretendido, pois o processo de reconhecimento não está concluído.

Fernanda Lucchesi e Maria Ester Fortes, antropólogas do Inca- PB, além de Joseane Pereira, líder da comunidade quilombola de Paratibe, nos afirmaram que se dirigiram à Prefeitura Municipal para indagar acerca das construções dentro do perímetro da comunidade, mas a prefeitura alega que a única forma de poder embargar a construção de um loteamento, ou conjunto é quando o mesmo viola as normas ambientais do município. Sob essa alegativa, a especulação imobiliária se mantém sem que a Prefeitura Municipal de João Pessoa ou os órgãos ambientais oficiais tomem as providências cabíveis, o que contribuiu, nos últimos anos, para

que os moradores mais antigos vendessem suas moradias a preços irrisórios, devido a pressão dos donos das granjas e terrenos já adquiridos na localidade que passaram a fazer ofertas de compra para adquirir as terras circunvizinhas, de propriedade dos quilombolas.

A pressão exercida pelos especuladores imobiliários sobre o território levou a que muitos dos moradores de Paratibe vendessem suas propriedades por valores irrisórios. Sobre esta questão (Costa, 2016, p. 82) traz o seguinte relato

Antigamente as pessoas não sabiam o valor da terra, muita gente aqui vendeu suas terras até por sacos de farinha, era comum as pessoas venderem por qualquer dinheiro, achando que ter 10 mil reais na mão era melhor que um monte de terra que não fazia nada, isso contribuiu e muito para a perda no nosso território (A. P., 2015, JOÃO PESSOA – PB).

Estes fatos são recorrentemente observados pelos pesquisadores que mantiveram contatos com a comunidade de Paratibe. Citamos a exemplo estudo anterior, realizado por Rodrigues e Silvestre (2013), onde denunciemos a ocupação indevida do território quilombola por meio de mapeamento de uso do solo que permitiu estabelecer comparações sobre o avanço da especulação imobiliária num intervalo aproximado de uma década.

Refletindo sobre o tema Honorato (2014, p. 12) argumenta:

o caso de Paratibe tornou-se emblemático em meio às pautas de reivindicação dos quilombos na Paraíba. As violações aos direitos territoriais sofridas pela comunidade por ocasião das ameaças ao seu território e à pressão decorrente da ausência da regularização fundiária pleiteada pelos moradores restou registrada em relatório de violações aos direitos humanos assinado pelos movimentos sociais locais e endereçado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mediante agenciamento do deputado federal Luiz Couto (PT).

Diante desse avançado processo de especulação imobiliárias sobre as terras tradicionais Gonçalves (2010, p.56) destaca no RITD que o futuro de Paratibe está sob ameaça por perdas territoriais, pois as trocas culturais, mercantis e matrimoniais que sempre marcaram a comunidade, que antes recebia famílias de fora, agora se revela diferente, pois não são mais os habitantes de Paratibe que se movimentavam até a cidade e abrigam outras famílias, a cidade chegou até eles, que por sua vez podem ser considerados empecilho ao crescimento da região”.

A memória sobre o território, antes da expansão imobiliária, possibilita vislumbrar a paisagem de outrora, mas também os preconceitos vigentes, a exemplo do que concluímos a partir do depoimento de uma gestora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro da Silva Machado citado por Costa (2016p, 95) . :

Quando cheguei para trabalhar aqui em 1997, a região de Paratibe só tinha mato, a gente descia em Valentina (Figueiredo) e tinha que ir a pé até a escola, nós víamos que na escola a maioria das crianças eram negras, ouvíamos muito o pessoal da região chamando os quilombolas de “índios”, as crianças eram chamadas assim, quando íamos para o desfile do dia 07 de Setembro no Valentina, tinham muitas que não queriam ir por isso, daí veio a necessidade de buscar ferramentas contra o preconceito (J. P., 2015, JOÃO PESSOA – PB).

Mas não são só os preconceitos que a memória revela. O encontro da cidade com a comunidade traz à tona memórias diversas. Em entrevista concedida à Costa (2016, p.92) a líder comunitária, A. P., assim pronunciou-se sobre as consequências que já se revelam para sua comunidade, com o crescimento urbano e a assimilação do modo de vida urbano:

Antigamente quando não tinha esses bairros todos, aqui em Paratibe a noite nós quando éramos crianças ficávamos no quintal na beira da fogueira ouvindo as histórias dos mais velhos era muito bom, a gente aprendia como era no passado, hoje com a vinda de outras pessoas e outros costumes ninguém se senta mais a noite pra conversar, os jovens só querem saber de TV, Celular com WhatsApp, dos costumes dos de “fora”, a televisão e a internet estão substituindo a conversa entre as pessoas, hoje em dia aqui na comunidade as pessoas falam mais por internet do que pessoalmente, acho isso muito prejudicial, bom mesmo é falar olho no olho, ver a pessoa (A. P., 2015, JOÃO PESSOA – PB).

As palavras dessa liderança e o conjunto das informações levantadas nos levam a concordar com Cavalcante,(2013, p.17) quando esse autor afirma:

A Comunidade Negra de Paratibe vem sofrendo com um rápido e agressivo avanço da especulação imobiliária, perdendo grande parte de seu território, com a expansão da malha urbana de bairros e loteamentos populares adentrando seu território na década de 1980; com a construção da Rodovia Estadual PB-008 (João Pessoa – Jacumã) na década de 1990; o desmatamento da Mata da Portela2 (reserva de mata Atlântica e mangue) em 1990; e o surto de pragas em plantas frutíferas que ocorreu também na década de 1990, (que garantiam o sustento das famílias). Todas essas ações transformaram radicalmente as relações espaciais e sociais da comunidade.

Esta questão da especulação imobiliária entre outras foram abordadas no Inquérito Civil nº 1.24.000.001116/2012-11 do MPF - PB o qual promoveu à audiência² ocorrida em 11 de março de 2011, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônia do Socorro Silva

² Compareceram à reunião representantes da Fundação Cultural Palmares, da Coordenação Nacional de Regulamentação de Territórios Quilombolas do INCRA, do Conselho de Direitos Humanos, da Universidade Federal da Paraíba – Campus I -, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, de organizações não-governamentais, bem como de mais de cem moradores de Paratibe (comunidade quilombola) e de outras comunidades quilombolas (MPF/PB, 2011).

Machado, evento que contribuiu para desvelar as tensões, compreensões e incompreensões sobre o tema, por parte dos envolvidos. Segundo o MPF/PB:

Pessoas interessadas na exploração imobiliária tentaram, durante a Audiência Pública, constranger membros da comunidade a não se reconhecerem como quilombolas. Segundo a Presidenta da Associação essas pessoas tentam coagir, alguns dos moradores que se reconhecem como negros habitantes tradicionais de Paratibe a não assumirem a identidade quilombola segundo os critérios de identificação assumidos pelo próprio grupo prejudicando o processo administrativo de regulamentação do território (M. P. F., 2011, p.97).

De fato, isso foi constatado, inclusive um dos negros presentes, na tentativa de colaborar com uma proprietária de granja fez o seguinte depoimento:

Aquilo que vou falar é aquilo que estou sofrendo em minha pele. Eu tive aqui meus bisavós, tive aqui meus pais, eu estou com 66 anos, eu nunca que ouvi falar nesse cidadão aqui chamado quilombola isso eu nunca ouvi falar eu não vou dizer, por que eu não vi. Eu quero aqui a verdade e a verdade tem que ser dita do a quem doer. Eu vou dizer que vi isso se eu não vi isso, eu vou dizer mentira, não quero mentira, quero verdade, entendeu. Estou com 66, 66 anos. Meus pais morreram com uns 80 e poucos anos, meus tios, meus avós morreram com não sei quantos anos, meus bisavós nasceu e morreu como não sei quantos anos, eu não lembro quantos anos mais. Eu tenho certeza para não dizer bobagem, que quilombola aqui meus pais, meus avos e bisavós que quilombola aqui eu nunca ouvi falar. Eu já ouvi falar que sou negro, e negro eu sou, eu não vou abrir a boca para dizer que não sou. Eu falo com toda convicção que negro eu sou, mas quilombola não, então e origem de eu viver aqui, que vivo com honestidade e que foram minhas raízes que compraram isso aqui [...] [Informação verbal. Sr. Valmir, fevereiro de 2011]

Este depoimento tem como panorama obscurecido a vulnerabilidade e situação financeira de alguns dos moradores da comunidade que os expõe aos desígnios de alguns proprietários de granjas que realizam benfeitorias em suas propriedades com o intuito de silenciá-los. Foram feitas por esses senhores e senhoras doação de cestas básicas, pagamento de algumas dívidas, doação de material para realização de reparos na igreja próxima a comunidade, e até a realização de festas para convencer os moradores a não acreditarem na luta pela terra. Acerca dessas festas Joseane Pereira comenta: “A ‘mulher’, ela fez uma festa para eles desistirem de lutar³.”

Outra ação realizada por uma proprietária de granja, foi a de convencer alguns moradores a que assinassem um documento afirmando que não eram quilombolas. Convenceu alguns deles de que todo esse processo realizado pelo INCRA serviria para expulsá-los Sobre

³ - Joseane Pereira se refere a Sra. Sandra proprietária de granjas na localidade responsável por mobilizações contrárias a demarcação das terras de Paratibe, conforme registramos na audiência pública ocorrida em fevereiro de 2011.

essa ação realizada contra o processo de reconhecimento da comunidade, depoimento de uma liderança da comunidade registra que:

[...] eles foram induzidos a fazer isso, eles não sabem nem o que assinaram, ela chegou dizendo que os quilombolas são um povo que vem de fora para tomar a terra do povo e eles tinham que sair porque os quilombolas não tinham nada a ver com o povo daqui. Então ela induziu eles a assinar, quem tem que assinar são os mais velhos que são os donos da terra e como eles não tinham entendimento e mesmo agente conversando no caso a Rolnizia do Acre, conversou com eles e eles não entenderam, no entanto quem chegou com o dinheiro e mostrou que quem ta lá não tinha nada a oferecer então eles acreditaram. [Joseane Pereira Informação verbal, Julho de 2011]

O abaixo-assinado dos moradores da comunidade fez com que o processo de regularização fosse paralisado, visto que não se poderia dar continuidade ao cadastramento das famílias, já que o principal elemento para o reconhecimento da comunidade se refere a auto-atribuição elemento esse que agora estava sendo negado por parcela da comunidade.

Diante desses fatos a nós cabe indagar: a quem interessa tamanha discórdia ?

A eminência da consolidação dos direitos em prol da comunidade levou a que pessoas com poder econômico e político usassem das estratégias já mencionadas para negar a existência das especificidades socioculturais dos quilombolas. Com isso, procuram invalidar conquistas importantes referendadas na Constituição de 1988 numa tentativa de vetar a possibilidade de reconquistas dos territórios ocupados no passado e no presente pelos quilombolas.

O abaixo-assinado também ganhou espaço entre os moradores porque há uma incompreensão acerca da demarcação do território tradicional, pois de acordo com Fernanda Lucchesi, antropóloga do Incra, alguns moradores têm medo de perder a autonomia sobre seu lote, visto que quando as terras forem tituladas terão caráter coletivo. É esse mais um dos argumentos com que muitos granjeiros tentam persuadir os moradores de aderirem à demarcação das terras tradicionais.

Conclusão

Os dilemas da comunidade de Paratibe no que concerne à propriedade da terra assemelham-se aos de outras do Litoral Sul da Paraíba e de outras regiões . Por isso foi organizado um Fórum Estadual dos Quilombolas que durante mais de um ano, de 2015 a 2016 , dialogou com autoridades, tendo o MPF/PB como mediador, e avançou em algumas questões no que concerne às políticas públicas.

Do que vivenciamos no campo e a partir da pesquisa documental e participação em eventos em que a Comunidade Quilombola de Paratibe estava em pauta, foi possível constatar a existência de problemas que comprometem a (re)produção da vida e, conseqüentemente trouxeram recuos no processo de construção da territorialidade étnica daqueles que habitam essa Comunidade. Um dos problemas identificados diz respeito ao fato de que vem ocorrendo uma descaracterização do quilombo e uma perda constante do seu território tradicional, o qual, segundo revelam pesquisas, apesar de possuir aproximadamente 130 anos de existência teve afetado os regimes de uso familiar e de áreas comuns antes utilizadas para a pesca, coleta de frutas, realização de folguedos e festividades.

Os empreendimentos imobiliários e turísticos presentes na Comunidade de Paratibe potencializam as dificuldades tanto para a comunidade como para o Incra no que concerne à resolução dos impasses que dizem respeito à desapropriação, desintração e titulação das terras tradicionais. A trajetória lenta e gradual do Incra, além da descontinuidade das políticas públicas torna evidente o descompasso no processo de titularização, o que nos leva a afirmar o atraso do processo frente às demandas históricas da comunidade.

Desapropriação e desintração se fazem necessárias conforme o previsto no Decreto 4.889/2003, para retirar o mercado de terras de dentro da comunidade de Paratibe e para evitar a violência material e simbólica a que vêm-se expostos esses povos tradicionais

Por fim, as invasões na Comunidade de Paratibe por especuladores imobiliários demandam a atuação eficiente e urgente dos órgãos oficiais, dado que essa presença põe em risco a permanência e a integridade física e cultural dos (as) negros (as). Fica evidente pelos depoimentos que trouxemos neste artigo que o atual processo de ocupação/invasão da Comunidade de Paratibe por loteamentos, condomínios e pessoas oriundas de outras localidades vêm contribuindo para a perda da identidade quilombola. Contudo, a ação do MPF/PB e o compromisso das antropólogas do Incra despertam esperanças. Paralelamente há os processos de resistência que se reeditam, empurrando Incra, MPF/PB, Prefeitura Municipal e Sudema a buscar soluções para as pressões da cidade sobre o quilombo, é esse processo de resistência, que envolve forças de dentro e de fora do Quilombo de Paratibe, que vêm apontando novos caminhos e esperanças de uma solução para a demarcação das terras tradicionais. Neste sentido a escola Municipal de Ensino Fundamental Antônia do Socorro Silva Machado se constitui num lugar favorável ao acúmulo de forças em defesa da identidade quilombola, conforme demonstram os estudos de Cavalcante (2013) e Costa (2016).

Referências Bibliográficas.

- ALMEIDA, M. G. **Territorialidades na América Latina**. Goiânia: UFG, 2009.
- ARRUTI, J. M. Emergência dos “remanescentes”: Nota para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *MANA* [online]. Rio de Janeiro, vol. 3, n.2, p. 7-38, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2439.pdf>>. Acesso em dezembro de 2014.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola**. Bauru-SP, 2006.
- BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- CAVALCANTE, Y. Y. L.. **O ensino de geografia na educação quilombola: experiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia Socorro da Silva Machado - Comunidade Negra Paratibe, PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia) / Ygor Yuri de Luna Cavalcante.-- João Pessoa, 2013.
- COSTA, Emilia Viotti da; **Da monarquia a república momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da (UNESP, 6.ed., 1999.
- COSTA, I. E.. **A ressignificação da Identidade quilombola na Comunidade de Paratibe, João Pessoa - PB: Uma análise a partir dos processos de resistência**. Dissertação de Mestrado. PPGDH/NCDH/UFPB/2016.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, n° 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- GONÇALVES, Maria Ronízia, **Relatório Técnico de Titulação e Delimitação do Território da Comunidade Negra de Paratibe**, João Pessoa: 2011
- GUANAES, Sandra; LIMA, Solange Almeida; PORTILHO, Wagner. Quilombos e Uso Sustentáveis. In: DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio. (orgs.) **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos da Mata Atlântica**. – 2ª Ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
<http://www.paraiba.com.br/2011/02/11/68640-incra-quer-que-comunidade-quilombola-de-paratibe-regularize-terrenos> Acesso em 30 de setembro de 2017
- MACENA, H. L. **Acesso as Políticas Públicas pelas Comunidades Quilombola na Paraíba: Uma Análise das Comunidades do Paratibe, Mituaçu e Pedra D’água** (Monografia de Graduação), Universidade Federal da Paraíba – CCEN, João Pessoa, 2010.
- MARACAJÁ, Maria Salomé Lopes. **Fatos, lembranças e resistência dos movimentos sociais na Paraíba**. (Monografia de Graduação); UFPB, João Pessoa – PB, Dezembro, 2010.
- MARQUES, A. C. N. Fronteira étnica: Tabajara e comunidades negras no processo de territorialização do litoral sul paraibano. (Tese de Doutorado em Geografia). Aracaju: UFS, 2015.
- MOREIRA, Alecsandra Pereira da Costa. **A Luta pela Terra e a Construção do Território Remanescente de Quilombo de Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2006.
- MUNANGA, K. **“Identidade, Cidadania e Democracia: Algumas Reflexões sobre os Discursos Anti-racistas no Brasil”**. QUINTAS, Fátima (Org.). **O Negro: Identidade e Cidadania**, Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro, Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1995.
- MURA, F; PALITOT, E; MARQUES, A. **Relatório de Fundamentação /antropológica para Caracterizar a Ocupação Territorial Tabajara no Litoral Sul da Paraíba**. Instrução Técnica Executiva nº 34/DAF/2009. /FUNAI: João Pessoa 2010

- NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. **A Fronteira Móvel: Os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba.** (Dissertação de Mestrado).
- PERALTA, Rosa. Desenvolvimento e Sustentabilidade: Novas interfaces para a luta quilombola. Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2012.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. 269p.
- RATZEL, F. [1899] **Ratzel – Geografia.** S. I.: Ed. Ática, 1990. N. 59. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- ROCHA, S. P. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007. (Tese de Doutorado em História). Disponível em: http://www.bdttd.ufpe.br/bdttd/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3418 >. Acesso em março de 2013.
- RODRIGUES, M. de F. F. **Paisagens, geossímbolos e dimensões da cultura em comunidades quilombolas.** Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 103-121, mai./ago. 2011.
- RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira e **Silvestre, Diego de Oliveira.** Comunidades quilombolas no estado da Paraíba: uma análise do processo de construção e reconhecimento territorial da comunidade negra de Paratibe-PB, **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária. A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI ESCALAS, DINÂMICAS E CONFLITOS TERRITORIAIS.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.:
- RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **Comunidades Quilombolas da Paraíba: paisagens, geossímbolos e dimensões da cultura.** Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 103-121, mai./ago. 2011.
- RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira; MARACAJÁ, M. S. L. **Resistência Negra na Paraíba: Um debate sobre o cientificismo racial no Brasil a partir do século XIX.** In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre, 2010.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o Território. In: **Território, Territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial.** Milton Santos [et.all] Rio de Janeiro: Lamparina, 3ª Ed., 2007.
- SILVA, Simone Rezende da. **Negros na Mata Atlântica, Territórios Quilombolas e a Conservação da Natureza.** Tese de Doutorado. USP, 2008
- SILVESTRE, Diego de Oliveira. Territorialidades quilombolas na Paraíba: histórias de resistências e lugares de reprodução camponesa. **Relatório de Iniciação Científica Pibic/CNPq/UFPB.** João Pessoa, UFPB, 2011, 20p
- Sociais)
- SOUZA, M. L. de. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas.** 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- TAVARES, J. de L. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba – 1909.** V.1. IMPRENSA OFFICIAL PARAHYBA, 1966

Documentos:

MEMORIA, de Reunião; de 27 de Março de 2015. Reunião na sede da Procuradoria da República da Paraíba, entre o Procurador Geral dos Direitos do Cidadão, e representantes dos seguintes órgãos CEHAP, SUDEMA, INTERPA, INCRA, DER, SEE, SMDH, Ministério do Desenvolvimento da União, Caixa Econômica Federal, Projeto Cooperar, Funasa, e Secretaria

do Meio Ambiente de João Pessoa-PB; e representante da sociedade civil AACADE, referente ao Inquérito Civil nº 1.24.000.001684/2014-83, que trata do acompanhamento e promoção de políticas públicas para as Comunidades Quilombolas do Estado da Paraíba.

_____. De 08 de Maio de 2015. Reunião na sede da Procuradoria da República da Paraíba, entre o Procurador Geral dos Direitos do Cidadão, e representantes dos seguintes órgãos SUDEMA, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria do Planejamento de João Pessoa-PB; representante da sociedade civil AACADE, e da Comunidade Quilombola de Paratibe, referente ao Inquérito Civil nº 1.24.000.001684/2014-83, que trata do acompanhamento e promoção de políticas públicas para as Comunidades Quilombolas do Estado da Paraíba. Promoção de políticas públicas para a Comunidade Negra de Paratibe.

Entrevistas

Maria Ester Fortes 2011 e 2014.

Fernanda Lucchesi, 2011 e 2014